

Ordenamento territorial urbano-regional: território e políticas

DOI: 10.54446/bcg.v11i2.550

André Pasti¹

Resenha da obra



OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; RODRIGUES, Juliana Nunes (Orgs.). *Ordenamento territorial urbano-regional: território e políticas*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

★★★

Recuperando obras clássicas e apontando agendas de pesquisa consolidadas e em andamento, o livro "*Ordenamento territorial urbano regional: território e políticas*" é revelador da maturidade e diversidade dessa linha de pesquisa em um dos mais prestigiosos Programas de Pós-Graduação em Geografia do país – situado na Universidade Federal Fluminense (UFF). A publicação da obra celebra os vinte anos de contribuições dessa meritória agenda de investigações geográficas do país, sendo publicada quase duas décadas após o importante livro que marcou o início do Doutorado nesse programa, intitulado "*Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*" (OLIVEIRA; HAESBAERT; MOREIRA, 2002).

A obra está organizada em duas partes: na primeira, traz contribuições de Milton Santos, Maurício de Almeida Abreu e Nelson da Nóbrega Fernandes, acompanhadas de textos de apresentação; na segunda, oferece oito capítulos com contribuições inéditas de Rogério Haesbaert, José Carlos Milléo, Ivaldo Lima, Márcio Piñon de Oliveira, Flávia Martins e Ana Clara Guedes, Antonio Angelo Martins da Fonseca e Juliana Nunes Rodrigues, Jacob Binzstok e Ana Claudia Giorgani e Eduardo Donizetti Giroto. Em todos eles, docentes do Programa estão como autores ou coautores, apresentando importantes debates teóricos e agendas de pesquisa em desenvolvimento.

Analisando as contribuições deste livro e as escolhas realizadas por seus organizadores, destacam-se, aqui, três dimensões: a retomada de autores que contribuíram para a consolidação do campo da Geografia no país e no Rio de Janeiro; o debate epistemológico da linha de pesquisa, sobre o ordenamento territorial urbano-regional; e diferentes dimensões dessa ordem e desordem no território que vem sendo objeto de importantes pesquisas.

1 Geógrafo e Mestre em Geografia pela Unicamp, Doutor em Geografia Humana pela USP. Professor de Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC). Contato: andre.pasti@ufabc.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0116-1853>.

A retomada de legados

As escolhas dos organizadores – os professores Márcio Piñon de Oliveira, Rogério Haesbaert e Juliana Nunes Rodrigues – na primeira parte da obra fazem reverência a autores centrais à produção acadêmica em Geografia e, também, apontam caminhos que são percorridos posteriormente no restante da obra. A homenagem, no livro, a Milton Santos, Maurício de Almeida Abreu e Nelson da Nóbrega Fernandes são muito oportunas e realizadas com um resgate cuidadoso, narrado com primor respectivamente por Mónica Arroyo, Rogério Haesbaert e Márcio Piñon de Oliveira.

Em primeiro lugar, o livro retoma a contribuição de Milton Santos no texto *“Por uma epistemologia existencial”*, advinda de reflexões em uma etapa de grande maturidade de sua obra, em palestra de 1996, publicada anteriormente em livro resultante do importantíssimo XI Encontro de Geógrafos da América Latina realizado no Brasil, em 2005 (LEMOS; SILVEIRA; ARROYO, 2006), como bem lembra Mónica Arroyo na apresentação. Em seguida, Haesbaert organiza trechos inéditos do memorial de Maurício de Almeida Abreu que tratam sobre a trajetória deste pesquisador e sua visão sobre a diversidade do pensamento geográfico. Por fim, o texto de Nelson da Nóbrega Fernandes – “geógrafo da inquietude e dos espaços e sujeitos silenciados”, como homenageia Márcio Piñon – aponta reflexões e agendas em aberto sobre os militares e o espaço do Rio de Janeiro.

O texto de Milton Santos alerta para a urgência (que ainda persiste) de que as pesquisas sobre o território na América Latina busquem uma epistemologia do espaço própria. Para isso, propõe enfoques totalizantes, que considerem a totalidade do espaço em movimento – concepção que marca, ao meu ver, um dos mais relevantes aportes de Santos ao debate epistemológico da Geografia, inscrito de forma coerente em seu sistema de conceitos. Além disso, discutindo as investigações sobre as cidades e o território e apontando os limites das abordagens então dominantes, o autor destacava, entre diversos contributos, sugestões que permanecem atuais – como a consideração complementar das duas dinâmicas da economia urbana – uma de cima para baixo, mais rígida, e uma de baixo para cima, mais rica e complexa, debate bem desenvolvido a partir dos conceitos de circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004 [1979]) – e o reconhecimento da potência dos lugares, da vida cotidiana compartilhada no espaço, marcada pela ação comunicativa, pela força dos de baixo e da espontaneidade. Essas contribuições, como afirma Arroyo na apresentação ao texto, apontam caminhos para “uma nova forma de pensar o porvir, de transformar a utopia em um horizonte possível” e segue estimulando “o debate e o pensamento crítico contemporâneo”.

No capítulo oriundo de seu memorial, *“Uma vida em múltiplos tempos”*, Maurício de Almeida Abreu retoma o que considera os principais compromissos que manteve ao longo de sua trajetória: o compromisso com a Geografia e a Geografia brasileira; o compromisso com a formação dos alunos; o compromisso com a cidade do Rio de Janeiro. Diversas reflexões de Abreu neste primoroso relato podem inspirar debates atuais para quem atua com pesquisas sobre o território – entre elas, a

necessidade de fortalecer a teorização em Geografia sem distanciamento do mundo fenomênico; o cuidado com as “modas” sedutoras e o respeito à diversidade epistemológica; e a importância de um olhar permanente para a história do pensamento geográfico. Outra dimensão interessante é sua relação com a promoção e fortalecimento da Geografia – que também se alinha com a autoestima que o autor carregava em relação a seu fazer e suas obras: “Faço o que gosto, faço-o bem e dou importância ao que faço”. Essa valorização de nossas práticas, acompanhada do rigor que o autor também inspira, são caminhos necessários para fortalecer nosso campo de pesquisas geográficas. Por fim, Abreu nos inspira ao fôlego e clareza necessários para o porvir, ao afirmar que parou de ficar “tão deslumbrado com o futuro”, reconhecendo que “o futuro é construído no cotidiano, no esforço que fazemos a cada dia para avançar”.

No texto *“Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em Geografia urbana”*, Nelson da Nóbrega Fernandes destaca a presença das Forças Armadas como um agente modelador do espaço urbano, apontando a urbanização militar – e sua relação com a habitação social no Brasil – como um fenômeno que deve instigar novas investigações geográficas. O texto é resultado da fusão de dois artigos – um publicado em 2006 na revista *Scripta Nova* (FERNANDES, 2006) e outro inédito e inacabado, fruto de pesquisa de pós-doutorado sob supervisão de Horacio Capel, recuperado, aqui, como homenagem – como conta Piñon. O texto soma-se à trajetória de ricas publicações do autor, recuperadas em bonita homenagem da revista *Geographia* (2014).

Como leitor, após essas conhecer essas bonitas contribuições na abertura do livro, foi irrecusável questionar: o que a escolha dessas três obras nos revela sobre a linha de pesquisa já consolidada neste importante programa de pós-graduação?

Construindo hipóteses para dialogar com novos leitores, acredito que, de partida, temos um reconhecimento sublime, acertado e devido a esses autores e suas contribuições ao pensamento geográfico – que demonstra um necessário compromisso e respeito às contribuições de nossos antecessores. Para além disso, as escolhas parecem revelar, também, dimensões presentes no restante da obra: o cuidado com uma epistemologia própria da Geografia – e seu movimento – para a análise do espaço; a preocupação com a evolução da disciplina, com sua história, memória, diversidade e, também, autoestima; o envolvimento com o território fluminense, onde o Programa se insere – envolvimento este que, como postula Abreu, é tanto científico quanto sentimental e político; e o engajamento com um olhar crítico para a dinâmica urbana. Essas questões, assim como a inspiração dos compromissos de Abreu, encontram-se presentes nos diferentes capítulos que acompanham a obra.

Contribuições epistemológicas e a teorização sobre o espaço

Dediquei especial atenção ao primeiro capítulo da segunda parte, que apresenta ponderações conceituais notáveis de Rogério Haesbaert sobre o ordenamento e o desordenamento do território. O capítulo, intitulado “Des-

ordenamento territorial: considerações conceituais", atualiza ideias desenvolvidas no artigo "Ordenamento Territorial" (HAESBAERT, 2006) em diálogo com reflexões mais recentes do autor, como as publicadas no livro "Território e descolonialidade" (HAESBAERT, 2021). Discutindo a expressão "ordenamento territorial" que marca a linha de pesquisas e o título do livro, Haesbaert discute as tensões entre ordens e desordens – como processos indissociáveis, que sintetiza como o par ordem-desordem no termo "des-ordem". O autor também enfatiza, desde o início, sua compreensão de território – espaço relacional de poder, marcado pelas dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e a importância de compreender e contextualizar o território de que tratamos na análise. Na mesma direção da proposta anteriormente mencionada de Milton Santos², o autor reafirma a necessidade de um olhar próprio ao espaço latino-americano – em diálogo anunciado com a perspectiva descolonial.

Em proposição próxima do que Santos chamara de epistemologia existencial, Haesbaert trata da importância do reconhecimento da criatividade proveniente de outros saberes construídos em profunda imersão nos espaços vividos, e da urgência de pensar um ordenamento descolonizador – "que seja iniciado na base dos movimentos sociais alternativos, propondo muito mais do que intervenções setoriais por parte do Estado, transformações que integrem as diferentes dimensões do espaço, a começar por nossa relação com a dinâmica da chamada natureza" – enfatizando como possibilidade o resgate do movimento biorregionalista.

O texto abre as discussões do livro demonstrando rigor e compromisso com o movimento de teorização da Geografia e um cuidado de ressignificar o debate do "ordenamento territorial" para além de leituras dos agentes hegemônicos. Soma-se, dessa forma, à tradição do pensamento geográfico brasileiro crítico – aliando a crítica ao planejamento hegemônico à proposição de intervenções democráticas, baseadas no espaço de todos os agentes, de baixo para cima (SANTOS, 2003 [1979]), com um olhar privilegiado para as dinâmicas das periferias urbanas (ABREU, 1986) e sua problematização (FERNANDES, 2007 [2002]), bem como discussões mais recentes que propõem a consideração de intervenções de planejamento centradas em múltiplos agentes e centros de poder, reconhecendo-o como um campo de disputa de sentidos (MIRAFITAB, 2016).

Para além dessa importante teorização do des-ordenamento territorial, o livro traz outras contribuições epistemológicas de grande relevância. Em "O Olhar na

2 Traçando um diálogo adicional com Milton Santos, poderíamos lembrar, aqui, de algumas de suas reflexões em direção próxima: Santos afirmou que o ordenamento não pode basear-se em uma noção neutra – "a ordem responde a um objetivo", relembra em entrevista a Pedro Maciel (1999). Sobre a desordem, no texto "A normalidade da crise", Milton Santos afirma que as crises são momentos em que a "ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida" e se torna "impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem" (SANTOS, 2002, p. 90). Essa desordem acompanha sempre outra ordem, como lembra em entrevista (AMARAL et al., 1998): "temos o território brasileiro trazendo esses nexos, que são cegos, e que criam uma ordem para tudo o mais. Desordem criada para as empresas não envolvidas, que são atingidas por ela, por essa entropia negativa dentro do território, que alcança toda a sociedade".

Geografia: buscar um novo ponto de vista?", José Carlos Milléo indaga se este campo científico experimentou uma modificação em seu modo de olhar o mundo como uma resposta às mudanças impostas pela modernidade. Com cuidadoso diálogo com clássicos da Geografia e do pensamento social, Milléo apresenta interpretações que se somam à resposta, demonstrando as transformações no pensamento geográfico – já que "a realidade se complexifica e, com ela, modificam-se os recursos para captá-la", com a substituição da *visão* pelo *olhar*. O autor anuncia e defende, por fim, uma agenda renovação da descrição e dos modos de ver o espaço, recuperando e ressignificando essa dimensão agora desvalorizada.

Outra potente contribuição teórica desta obra na reflexão sobre o ordenamento territorial advém do capítulo de Ivaldo Lima, intitulado "*A Geografia Legal Crítica no rastro das Geografias Morais: por uma Geografia política da cidade*". O texto provoca reflexões sobre a mutualidade da inscrição da lei no espaço e do espaço na lei, contribuindo à pauta da justiça territorial urbana. Partindo da proposta de uma Geografia legal crítica, o texto estabelece correlações entre categorias legais e espaciais, com ênfase em uma abordagem descolonial e partindo dos agentes subalternos. Assim, faz um balanço original e crítico da questão do Estatuto da Cidade, vinte anos após sua aprovação, avaliando nuances sociopolíticas e consequências morais da aplicação dessa lei. Discute, de forma autêntica, o horizonte tensionado da justiça territorial a partir dessa abordagem, com a imbricação dos direitos à paisagem justa, à cidade justa e à sociedade justa. Inspira, desse modo, novas reflexões nesse diálogo interdisciplinar.

Dando sequência às contribuições de fundo mais epistemológico, os capítulos seguintes compõem um segundo conjunto bastante relevante de intervenções, conectando teoria geográfica e análise empírica de situações do des-ordenamento territorial no Brasil e no território fluminense.

Olhares para o des-ordenamento territorial e a justiça espacial

Articulando debates fundamentais à justiça espacial e às dinâmicas de des-ordenamento territorial, os cinco capítulos que encerram o livro trazem análises bem construídas, com agendas e abordagens amadurecidas e a publicização de agendas de pesquisa de grande relevância para a compreensão de nosso território.

No capítulo "*De marcas do lugar à paisagem-marca: recompondo a formação espaço-temporal de uma cidade – Niterói-RJ / Brasil*", Márcio Piñon de Oliveira analisa as marcas de um lugar como fruto da dialética entre visível e invisível, significantes e significados, entre ordem próxima e distante – talvez podendo ser lidas como dinâmicas do ordenamento do territorial que marcam e são marcadas pelos lugares, bem como o papel das marcas nesses processos. Analisando Niterói ao longo do tempo, o autor parte das marcas (e estigmas) originais da fundação da cidade, analisa as marcas da realeza, do período em que foi capital, do "limbo" a partir da fusão dos estados e, em especial, a dinâmica de reestruturação com as novas marcas a partir da "virada espacial" do anos 1990, no contexto da instalação do Museu de Arte Contemporânea (MAC) e criação do Caminho Niemeyer como

paisagem-marca da cidade. O texto, em articulação bem elaborada entre teoria e empiria, discute essa virada da política urbana em Niterói e contribui para entendermos a importância da dimensão simbólica na organização do espaço urbano.

Em uma inovadora e rigorosa contribuição, Flávia Martins e Ana Clara Guedes trazem, conforme o título do quinto capítulo, *"Apontamentos para o reconhecimento da Geografia do endividamento imobiliário no ordenamento territorial urbano"*. O texto demonstra a força e a diversidade de abordagens dentro da linha de pesquisa de ordenamento territorial urbano-regional, buscando, aqui, aproximar-se de uma "Geografia do endividamento", com ênfase nas questões imobiliárias. A análise ainda avança ao considerar os corpos no espaço e suas diferenciações – uma corporificação dos sujeitos no território, que me remonta às contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro (2013). Desse modo, as autoras articulam análises espaciais do endividamento imobiliário em São Paulo e, sobretudo, no território fluminense, com a generificação desse processo – dialogando com importante debate realizado pela argentina Verónica Gago – autora que publicou artigo e foi entrevistada nesta mesma revista na última edição (GAGO, 2021; CHAVES, 2021).

Uma análise territorial e política crítica da saúde pública no território brasileiro é conduzida no capítulo de Antonio Angelo Martins da Fonseca e Juliana Nunes Rodrigues. O texto intitulado *"Trajetória institucional e governança no Sistema Único de Saúde (SUS): uma abordagem político-territorial"* problematiza a trajetória institucional do SUS e o estabelecimento de suas estruturas de governança territorial. Resgatando o importante debate sobre governança territorial e federalismo, de autores como José Luís Fiori e Marta Arretche, o capítulo discute a governança interescalar nas pactuações do SUS desde o momento inicial, marcado pelo localismo, passando pela ascensão da agenda da regionalização e da cooperação federativa. Os autores destacam os acréscimos de camadas superpostas e imbricadas nas escalas de governança territorial do SUS, demonstrando como, a despeito de suas limitações, o SUS se apresenta como um sistema de ordenamento territorial da saúde robusto e instigante.

O sétimo capítulo, de Jacob Binsztok, analisa as *"Diferenças espaciais, resiliência camponesa e despojos espaciais do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)"*. A partir da investigação das obras do COMPERJ como um projeto de ordenamento territorial, o texto resulta de investigação bastante minuciosa das dinâmicas socioespaciais da comunidade camponesa a partir da reestruturação espacial promovida pela construção do Complexo e pelo posterior abandono das obras. O autor evidencia como a diferenciação socioespacial da comunidade Faraó persiste nesse processo. Em mais uma pesquisa de grande relevância para a compreensão dos usos do território fluminense, o autor testemunha como os camponeses do Faraó enfrentam riscos à permanência, de origem interna e externa.

Por fim, no capítulo *"A educação pública como um direito territorial: notas para um debate"*, Ana Claudia Giordani e Eduardo Donizetti Giroto analisam

criticamente os riscos da Geografia Oficial da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no contexto da hegemonia neoliberal e da razão neoliberal nas políticas educacionais. Os autores problematizam o paradigma educacional neoliberal a partir do território, apontando seus limites para a cidadania territorial. No contexto atual que, como afirmam, exige uma leitura geograficamente crítica da realidade, o texto aponta nosso desafio curricular e político de construir desde as escolas a educação pública como um direito territorial – constituir a educação pública como um direito territorial. Entendendo a escola pública como lugar de produção de sentidos contra-hegemônicos, os autores propõem o reconhecimento do direito dos sujeitos de redefinirem, espacialmente, as relações de poder que marcam sua vida cotidiana, por meio de uma Geografia fortalecida na escola pública para a emancipação dos sujeitos e a compreensão e apropriação do território. Com a boniteza freiriana e contundência crítica ajustada aos duros tempos atuais, o texto nos inspira à reflexão e à ação coletiva em defesa da educação pública e de uma Geografia que promova estudantes como autores e autoras de um outro mundo possível.

O livro traz aberturas e aprofundamentos de debates de grande urgência e relevância à compreensão dos usos do território brasileiro e fluminense. Que a luta por direitos territoriais e as tensões reveladas nos processos de produção de ordem e desordem no território usado e praticado possam inspirar novas agendas de investigação e a sequência desse importante trabalho da linha de pesquisas em ordenamento territorial urbano-regional da Universidade Federal Fluminense que, a partir desta obra, devem inspirar reflexões em diversos outros lugares.

Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. O crescimento das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo: uma apresentação do tema. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (org.) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- AMARAL, Marina et al. Entrevista com o professor Milton Santos. *Caros Amigos*, n. 17, 1998.
- CHAVES, Kena Azevedo. Entrevista: Verónica Gago. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 11, n. 1, 2021.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Onde a cidade perde seu nome. In: OLIVEIRA, M. P. de; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói/RJ: PPGeo/UFF, 2002.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. *Scripta Nova*, v. X, n. 218, 2006.
- GAGO, Verónica. Leituras sobre feminismo e neoliberalismo. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 11, n. 1, 2021.
- Geographia*, v. 16 n. 31, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 26, n. 1, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade. Sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina"*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- LEMOS, Amalia; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mónica (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- MACIEL, Pedro. Entrevista com Milton Santos. *Suplemento Literário*, n. 54, p. 4-10, 1999.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.
- OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói/RJ: PPGeo/UFF, 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 2.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003 [1979].
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].
- SANTOS, Milton. *O País Distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002.